

# Revista **FONTES DOCUMENTAIS**

---

## **A ICONOGRAFIA COMO INFORMAÇÃO SOCIAL NO ARQUIVO: A ORGANIZAÇÃO SIMBÓLICA DO PODER NA SÉRIE DOCUMENTAL “MARCAS DE FOGO” (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1893–1943)**

*ICONOGRAPHY AS SOCIAL INFORMATION IN THE ARCHIVE: THE SYMBOLIC ORGANIZATION OF POWER IN THE DOCUMENTARY SERIES “MARCAS DE FOGO” (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1893–1943)*

---

**DOI: 10.9771/rfd.v8i0.71747**

---

### **Fábio Sena Santos**

Mestre em Museologia/Patrimônio e Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (PPGMUSEU/UFBA). Pós-graduado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: fabiosenasantos@yahoo.com.br

### **Jailson Ribeiro Barbosa**

Pós-graduado em Arquivologia, pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e em História: Política, Cultura e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: jaibia29@gmail.com

### **José Cláudio Alves de Oliveira**

Professor permanente dos Programas de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e Museologia da UFBA (PPGMUSEU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea, pela UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2887-2025>. E-mail: claudius@ufba.br

## **RESUMO**

O objetivo deste texto é analisar os registros seriais das marcas de ferrar gado (1893–1943), custodiados no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (BA), como documentos de natureza iconográfica que refletem a organização do conhecimento e a estrutura do poder no sertão. Inicialmente criados com valor administrativo (prova e controle fazendário), estes registros transformaram-se em uma forma de escrita simbólica — uma “heráldica sertaneja” — essencial para a memória social e a documentação cultural. Com base no debate arquivístico sobre a concepção de documento permanente (como proposto por José Honório Rodrigues) e a teoria de valor arquivístico, defendemos que a gestão documental e o tratamento técnico desta série são cruciais para a preservação de um importante patrimônio documental, garantindo o acesso à informação que documenta a diversidade cultural e as relações de poder regionais.

**Palavras-chave:** Gestão documental; documento iconográfico; memória social; patrimônio documental; organização do conhecimento

## ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the serial records of cattle branding (1893–1943), held in the Municipal Archive of Vitória da Conquista (BA), as documents of an iconographic nature that reflect the organization of knowledge and the structure of power in the sertão. Initially created with administrative value (proof and fiscal control), these records transformed into a form of symbolic writing — a “sertaneja heraldry” — essential for social memory and cultural documentation. Based on the archival debate about the conception of the permanent document (as proposed by José Honório Rodrigues and the theory of archival value), we argue that the document management and technical treatment of this series are crucial for the preservation of an important documentary heritage, ensuring access to information that documents cultural diversity and regional power relations.

**Keywords:** Document management; iconographic document; social memory; documentary heritage; knowledge organization

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a analisar os Livros de Registros de Marcas de Fogo abrigados no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (BA), datados de 1893 a 1943, sob uma perspectiva da Ciência da Informação, focando na sua natureza como informação iconográfica serial. Esses documentos, produzidos inicialmente pela Intendência Municipal, posteriormente denominada Prefeitura, são um exemplo primoroso de como um registro administrativo adquire, pela sua permanência e pelo seu significado social, um inegável valor informativo cultural.

Neste estudo, a Marca de Fogo é tratada como uma unidade de informação visual que funcionava como um código simbólico de identificação e pertencimento. A análise desses registros permite entender como a informação era organizada e utilizada pelas elites do sertão baiano para a demarcação de poder e a construção de uma memória social ligada à linhagem familiar. A relevância da custódia e do tratamento técnico-científico desses acervos reside na sua capacidade de documentar a história e a cultura local. Utilizamos o debate teórico sobre o valor do documento e sua permanência para justificar a importância desses registros como Patrimônio Documental.

## 2. DO VALOR PRIMÁRIO AO PATRIMÔNIO: A TEORIA DA PERMANÊNCIA E OS REGISTROS DE MARCAS

A Arquivologia contemporânea se consolida a partir do entendimento da Teoria das Três Idades e do ciclo vital dos documentos, com a transição do valor primário (administrativo/legal) para o valor secundário (histórico/informativo). Os registros de Marcas de Fogo atestam esse processo: a) valor primário (administrativo/probatório): os livros foram

criados para o controle fazendário e como prova legal da propriedade do gado, crucial para a economia pecuária; b) valor secundário (informativo/cultural): com o tempo, a série documental transcendeu sua função legal. O conjunto das marcas se torna um espelho da organização social do conhecimento e do poder, fornecendo dados sobre a genealogia das famílias, a distribuição de terras e o código simbólico (a "heráldica sertaneja") que regulava as relações sociais no sertão.

A gestão documental desses livros, por meio de processos como o recolhimento, a classificação (como série documental de cunho iconográfico) e a descrição, é o que permite a transformação da massa documental em Patrimônio Documental acessível, cumprindo o papel da CI na disseminação da cultura e na preservação da memória. Assim, a documentação iconográfica, como as Marcas de Fogo, desafia a abordagem tradicional baseada apenas no texto. A natureza visual dessas insígnias exige que a CI as compreenda como um sistema de representação da informação intrinsecamente ligado à cultura. A análise da série documental (1893–1943) revela um padrão recorrente de desenhos que, embora simples (letras, números, figuras geométricas), eram codificados para denotar linhagem. Essa escrita iconográfica funcionava como um sistema de Organização do Conhecimento informal, com cada marca sendo um símbolo indexador do poder do patriarca e sua família. Isso porque as marcas não apenas identificavam o gado, mas atuavam como um índice de prestígio social. Possuir uma marca registrada, muitas vezes ostentada nas fachadas das casas, era uma estratégia de informação controlada e de autorrepresentação do poder. A gestão eficaz desse acervo pelo Arquivo Público Municipal é um ato de democratização da informação, pois permite que esse código de poder, outrora restrito, seja analisado pela sociedade e pela pesquisa.

A permanência das marcas, gravadas no couro do gado e, simbolicamente, na memória da comunidade, justifica a inclusão desses registros no Patrimônio Documental. O tratamento técnico-arquivístico garante que essa informação cultural seja preservada para futuras gerações, cumprindo o papel da CI na salvaguarda da diversidade cultural, um pilar da seção Informação, Cultura e Patrimônio. O estudo dos registros de Marcas de Fogo, sob a lente da CI, reafirma o potencial de coleções documentais aparentemente administrativas para a pesquisa em cultura e patrimônio. Estes documentos iconográficos seriais são cruciais para a compreensão da formação simbólica do poder na região de Vitória da Conquista, em particular.

A importância da Gestão Documental no Arquivo Municipal é evidenciada, pois é o processo técnico que permite a transformação da informação burocrática em Patrimônio

Documental e Memória Social. Ao aplicar os princípios da Arquivologia, como a teoria de valor e permanência defendida por Rodrigues (1977), se garante que a informação contida na “heráldica sertaneja” seja acessível e contribua para a valorização da diversidade cultural e a democratização do acesso ao conhecimento, objetivos centrais da Revista Fontes Documentais.

Registradas formalmente para fins administrativos, essas marcas de fogo, inseridas em um ambiente de grande concorrência econômica e política, se tornariam uma espécie de identidade iconográfica do seu proprietário. Afinal, o que motivaria indivíduos de famílias tradicionais do sertão da Conquista a estamparem nas fachadas das suas residências essa mesma marca? Provavelmente essa demarcação simbólica de propriedade não seria mera manifestação de vaidade por ser o proprietário do imponente imóvel. Os estudos, ainda preliminares, sugerem que essas marcas representavam o poder social de uma linhagem familiar.

### **3. ICONOLOGIA E A HERÁLDICA SERTANEJA: A ANÁLISE SIMBÓLICA DO PODER**

#### **3.1. A lente indiciária de Ginzburg: A Marca de Fogo como vestígio e emblema de poder**

O estudo dos Livros de Registros de Marcas de Fogo (1893–1943) sob a lente da Ciência da Informação e da Arquivologia ganha um reforço teórico significativo ao dialogar com a obra de Carlo Ginzburg, especialmente em *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*, de (1989). A metodologia indiciária proposta por Ginzburg oferece uma estrutura analítica poderosa para a interpretação dessas marcas, as quais, inicialmente criadas com um propósito administrativo, transformaram-se em “heráldica sertaneja” e importantes indícios de poder social no sertão da Conquista.

A abordagem de Ginzburg (1989) baseia-se na importância dos “indícios” — vestígios minúsculos, muitas vezes considerados marginais ou irrelevantes, que podem revelar estruturas profundas da sociedade e da cultura. No contexto do sertão da Conquista, as Marcas de Fogo (simples letras, números ou figuras geométricas gravadas no couro do gado) funcionam perfeitamente como esses indícios.

*Vestígios para análise:* embora a simples existência de um vestígio não pressuponha sua relevância, a série documental das Marcas de Fogo (1893–1943) fornece uma vasta gama de “evidências indiciárias”. A análise do padrão recorrente de desenhos codificados para denotar linhagem familiar é um exemplo da exploração desses indícios.

*Transcender a burocracia:* a gestão documental e o tratamento técnico no Arquivo Municipal são cruciais, pois permitem que a informação burocrática se transforme em Memória Social. O método indiciário reforça essa transição, ao sugerir que o valor informativo (secundário) de um documento pode ser extraído de elementos que transcendem sua função primária (administrativa/probatória).

Ginzburg destaca como os emblemas e sinais (categorias conceituais que se alinham à natureza iconográfica das marcas) atuam como códigos simbólicos.

*Sistema de representação:* as Marcas de Fogo são tratadas como uma unidade de informação visual e um sistema de representação da informação intrinsecamente ligado à cultura. A repetição da letra, como o "F" nas marcas dos Fernandes de Oliveira, demonstra como a marca vai além da mera inicial.

*Emblemas de poder:* ao serem ostentadas nas fachadas das residências, essas marcas de fogo funcionavam como “sinais” e “emblemas” de um status social e econômico. O ato de estampar a marca na casa era uma demarcação simbólica de propriedade e uma autorrepresentação do poder. O que era um registro formal para controle fazendário tornava-se uma identidade iconográfica do proprietário, um índice de prestígio social e a continuidade da reputação de uma linhagem familiar.

*Heráldica sertaneja:* essa dinâmica confirma a ideia da “heráldica sertaneja”, uma escrita simbólica ou um código de poder que regulava as relações sociais e demarcava a linhagem familiar e o poder político dos “coronéis”.

A Iconologia (o nível de significado intrínseco no método de Panofsky, do qual se falará mais adiante) e o método indiciário de Ginzburg (DATA) se complementam, validando a importância de uma análise cuidadosa para estudos historiográficos a partir de referências da Ciência da Informação. Ambos os arcabouços teóricos permitem que os pesquisadores analisem a série documental e a repetição sequencial de registros iconográficos para desvendar as relações simbólicas de poder no microcosmo sertanejo.

Desse modo, esses pequenos indícios nos fornecem elementos que podem contribuir para um melhor entendimento sobre as relações simbólicas de poder. A partir desses elementos, inicia-se uma investigação que não se compromete com a busca ingênua da reconstrução dos costumes sertanejos; no entanto, sugere a importância de uma análise mais cuidadosa para a organização de estudos historiográficos a partir de referências da CI.

### **3.2. O método tripartite de Panofsky: desdobrando o significado nas Marcas de Fogo**

Diante das “evidências indiciárias”, é necessário lembrar que a simples existência de um vestígio para a realização de uma análise não pressupõe sua relevância para a pesquisa. Para o desenvolvimento de estudos, sobretudo com fontes iconográficas, é primordial cumprir suas esferas de análises, da descrição iconográfica aos seus desdobramentos iconológicos. A documentação iconográfica, como as Marcas de Fogo, desafia a abordagem tradicional baseada apenas no texto, exigindo que a Ciência da Informação (CI) as compreenda como um sistema de representação da informação intrinsecamente ligado à cultura, como já pronunciado. A análise dessas “evidências indiciárias” cumpre, portanto, as esferas de análise propostas por Erwin Panofsky (2007), da descrição iconográfica aos seus desdobramentos iconológicos.

Este estudo reafirma que a gestão documental e o tratamento técnico desses acervos no Arquivo Municipal são cruciais, pois é o processo técnico que permite a transformação da informação burocrática em Memória Social, em patrimônio. O tratamento dos registros garante que a informação contida na “heráldica sertaneja” seja acessível e contribua para a valorização da diversidade cultural e a democratização do acesso ao conhecimento.

Assim, o estudo dos Livros de Registros de Marcas de Fogo (1893–1943) custodiados no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (BA) transcende a mera descrição arquivística ao ser analisado sob a perspectiva da Iconologia, conforme o método tripartite estabelecido por Erwin Panofsky em *Significado nas Artes Visuais*. Essa metodologia oferece uma estrutura robusta para interpretar a série documental não apenas como um registro administrativo, mas como um corpo de documentos de natureza iconográfica que reflete a organização do conhecimento e a estrutura do poder no sertão.

Aplicar o método de Panofsky permite desdobrar a análise da Marca de Fogo em três esferas de significação:

1. *Nível primário ou pré-iconográfico (o assunto natural)*: neste nível, a análise se concentra na identificação dos motivos visuais puros que compõem os registros. A descrição se atém à percepção imediata e à experiência prática. As Marcas de Fogo são percebidas como simples reproduções de formas geométricas, letras e números. O ato de desenhar ou colar o esboço da marca no livro de registro pela Secretaria da Intendência é um ato de transcrição do motivo.

2. *Nível secundário ou iconográfico (o assunto convencional)*: aqui, se avança para a identificação da imagem com base no conhecimento de convenções culturais e históricas. É a

esfera do valor primário do documento. O desenho simples (a forma geométrica ou a letra) é reconhecido como o símbolo codificado de um proprietário de gado. A marca adquire seu valor administrativo/probatório: é a prova legal da propriedade do gado e o instrumento de controle fazendário instituído pela Intendência Municipal a partir de 1893. A Iconografia, neste sentido, trata da descrição, classificação e catalogação dessas insígnias como uma série documental.

3. *Nível terciário ou iconológico (o significado intrínseco):* a interpretação iconológica busca o princípio unificador que revela a atitude fundamental de um grupo social, transcendendo a função burocrática e a forma visual. É o nível do valor secundário e da permanência. As Marcas de Fogo se transformam em uma forma de escrita simbólica — a “heráldica sertaneja”. O conjunto dessas marcas e a repetição de letras como o “F” (Fernandes de Oliveira e Ferraz) deixam de ser meras iniciais e passam a funcionar como um índice de prestígio social e uma demarcação simbólica que expressa o poder social de uma linhagem familiar. A permanência do registro, defendida por José Honório Rodrigues, justifica a inclusão desses documentos como Patrimônio Documental, garantindo que o código de poder outrora restrito seja analisado pela pesquisa e pela sociedade. A Iconologia valida, assim, a importância da análise mais cuidadosa para a organização de estudos historiográficos.

#### **4. GÊNESE E CONTEXTO: O REGISTRO DE MARCAS DE FOGO NO SERTÃO DA RESSACA (1893–1943)**

##### **4.1 Genealogia e poder no Sertão da Ressaca: Os brasões dos donos do poder**

A ocupação econômica do sertão nordestino encontrou na criação de gado sua principal expressão. Atividade pouco dispendiosa, a pecuária sertaneja não exigia grandes investimentos estruturais e muito menos em mão de obra. O “Sertão da Ressaca<sup>1</sup>”, como sugerem os estudiosos, manteve essa tendência regional. Segundo Medeiros (1977)<sup>2</sup>, a pecuária foi fundamental para a manutenção do pequeno aglomerado de pessoas que deu origem à Imperial Vila da Vitória.

Embora se saiba que o fundador do Arraial, João Gonçalves da Costa, tenha mandado ofício comunicando o achado de ouro e que “aviso” oficial lhe tenha determinado continuar

---

<sup>1</sup> Nome comum atribuído ao território do sertão mineiro e baiano localizado entre o Rio das Contas e o Rio Pardo.

<sup>2</sup> O Fifó, edição de 9 de novembro de 1977, p. 9.

suas pesquisas do metal precioso em inícios do século XIX, o certo é que a atividade criatória do gado bovino e atividades subsidiárias à mesma é que garantiram o sucesso da manutenção e continuidade do aglomerado humano fundado por este sertanista.

Ainda no período imperial, a Vila da Vitória tornou-se um importante centro de criação e entreposto comercial de gado da região. Esse rebanho possuía como principal destino comercial o recôncavo e a capital do Estado. Em seu trabalho intitulado Revista Histórica de Conquista, o memorialista Aníbal Viana relata a dinâmica desse comércio e aponta que os fazendeiros “costumavam enviar, uma ou duas vezes por ano, tropas de bois (boiadas) para a Capital, onde as vendiam prontamente” (VIANA, 1982, p.21).

Com o desenvolvimento da pecuária, já no período republicano, surge a necessidade de um maior controle fazendário por parte da administração pública local. Nesse contexto, em 15 de março de 1893, o Intendente da recém-emancipada Cidade da Conquista, o Cel. Joaquim Correia de Melo, oficializou a obrigatoriedade do registro de patente das marcas de ferrar gado.

**Figura 1** - Coronel: Joaquim Correia de Melo



Fonte: Acervo Memorial Governador Luís Régis Pacheco

Esse controle possibilitou um importante incremento na arrecadação de tributos por parte da intendência e, ainda, uma melhor organização na identificação de propriedade do gado comercializado, evitando, assim, conflitos entre fazendeiros e comerciantes. Desse modo, a partir de 1893, a Secretaria de Governo passou a registrar em livro específico essas marcas de fogo, prática utilizada no município da Conquista até 1943.

Segundo o historiador Mozart Tanajura (1992), todos os pecuaristas dispunham de ferro de marcar gado, geralmente com as iniciais do dono, registrado na prefeitura em livros próprios, com o nome da fazenda, do seu proprietário e o número de registro. Segundo consta nos livros de registros no final do século XIX, a Intendência da Conquista cobrava dos pecuaristas pelo registro das suas Marcas de Fogo a quantia de Rs. 1\$200 (mil e duzentos réis), valor que no período correspondia à terça parte do valor de uma cabeça de gado.

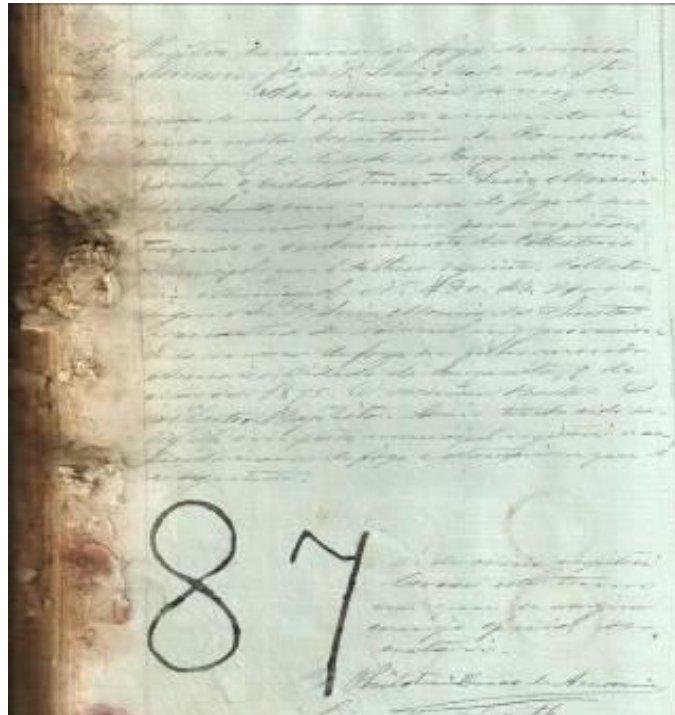
Para oficializar o registro da marca não era exigida qualquer padronização por parte da instituição regulatória. Normalmente, o criador apresentava um esboço da sua marca de fogo, que era desenhada ou transferida (colada) no livro de registro pelo secretário da Intendência. Em sua maioria, as marcas eram reproduções de formas geométricas, letras e números. Embora raras, é possível encontrar entre os registros marcas de fogo em nomes de mulheres e menores (Figuras 2 e 3).

**Figura 2 -** Marca de fogo de Hemília de Andrade Silva



Acervo: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 3** - Marca de fogo do menor Américo, filho do Tenente Luiz Moreira dos Santos



Acervo: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

Nesse panorama, essas marcas de ferro passaram a representar iconograficamente um “*status*” social e econômico das famílias tradicionais da Cidade da Conquista. Este “poder simbólico” era passado como uma herança para os descendentes diretos dos proprietários. Como relatou o professor Mozart Tanajura (1982), estes registros, em lugares onde predominava a pecuária intensiva, chegaram a se constituir numa heráldica sertaneja. Às vezes passavam de pai para filho, estendendo-se às gerações seguintes.

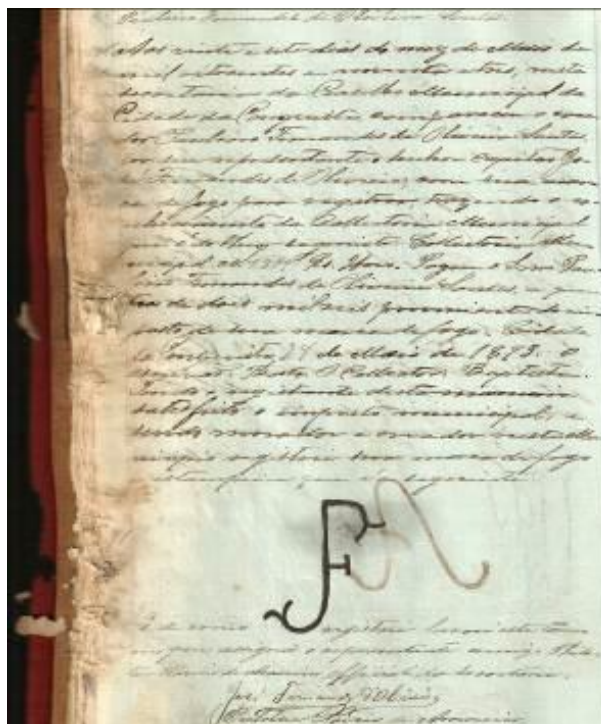
O registro das marcas de fogo possibilitou a construção de uma genealogia sertaneja, pois essas insígnias possuíam um caráter representativo, na medida em que se constituíam em uma espécie de assinatura iconográfica que representava simbolicamente o seu proprietário, ao mesmo tempo em que se apropriavam da reputação do mesmo. Os desenhos, em sua maioria, representavam as iniciais do nome do seu proprietário; desse modo, as marcas evidenciavam a sua linhagem familiar. Esses “clãs” familiares eram notadamente reconhecidos pelo destaque dado a letra do sobrenome do seu patriarca. Sobre as relações de poder e os principais troncos familiares, a historiadora Isnara Pereira Ivo explica que

O acompanhamento genealógico das famílias revela que, durante todo o século XIX, elas estiveram no controle político local, detendo os postos de comando do poder, desenvolveram uma política de potentados e, de forma violenta, impuseram-se diante da população local... as famílias que detiveram

postos de comando na administração local foram os Ferraz, Oliveira, Lopes Moitinho e Fernandes de Oliveira (Ivo, 2004, p. 21).

O rebanho carregava queimado no couro a marca do seu proprietário. No sertão, um ambiente coronelesco, a quantidade de cabeças de gado estava diretamente ligada ao poder político do seu dono. Evidentemente que essa tradição deveria ser mantida, pois, mais que uma herança, as marcas eram a continuidade da reputação dos núcleos familiares. Para ilustrar esses elementos de continuidade, elencamos abaixo (Figuras 4, 5 e 6) as marcas de algumas das mais poderosas famílias do período.

**Figura 4** - Marca de fogo do Cel. Paulino Fernandes de Oliveira Santos



Acervo do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 5** - Marca de fogo do Cel. José Fernandes de Oliveira



Acervo do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 6** - Marca de fogo do Cel. Maximiliano Fernandes de Oliveira



Acervo do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

### 3.1. O controle da imagem e o conflito: apropriação simbólica em um ambiente coronelista

Nas Figuras (4, 5 e 6) temos o tronco familiar dos Fernandes de Oliveiras. Como se pode perceber, a letra “F” é mantida em evidência. Descendentes diretos dos fundadores da Vila da Vitória, todos esses coronéis referenciados com as suas marcas de fogo foram intendententes da Cidade da Conquista entre as décadas de 1910-1930.

**Figura 7** - Marca de fogo do Cel. Domingos Ferraz de Araújo



Acervo do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 8** - Marca de fogo de Afonso Lopes Moitinho



Acervo do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 9** - Marca de fogo do João Lopes Moitinho



Acervo do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

Os Ferraz e os Lopes Moitinho (Figuras 7, 8 e 9), famílias do mesmo tronco familiar e de prestígio político e social, eram os donos de grande parte do atual território do município de Tremedal, antes pertencente a Vitória da Conquista. As suas marcas, como é possível notar, mantêm as linhas da letra “F”, assinatura da sua linhagem patriarcal.

Essa família esteve diretamente envolvida em um dos fatos mais emblemáticos da história da então Intendência da Conquista, a “Tragédia do Tamanduá” (1895). A figura do Afonso Lopes Moitinho, conhecido como o “Santo Lenho”, foi um dos protagonistas desse acontecimento. Trata-se de uma disputa por demarcação de terras entre duas famílias da região, os “Ferraz” e os “Freitas”. Nessa tragédia, foram mortas cerca de vinte pessoas, inclusive o Cel. Domingos Ferraz de Araújo, proprietário da fazenda Tamanduá, e o seu sobrinho e genro Afonso Lopes Moitinho, que, segundo o memorialista Aníbal Viana, foi degolado a pedido.

Assim, o controle ou utilização de uma imagem como elemento de representação atua de forma decisiva para a manutenção do poder de grupos sociais em detrimento aos outros segmentos. Neste panorama societário, trava-se uma verdadeira guerra do imaginário através de suas representações gráficas de uma suposta realidade e sua apropriação. É exatamente a reflexão sobre essas relações que o historiador Eduardo Paiva (2006) ressalta quando afirma

que “uma reflexão sobre a recepção, apropriação e a exploração das imagens no cotidiano, pelo público, presume também uma análise das derivações dessas práticas culturais no tempo e no espaço (Paiva, 2006).

Assim, resta evidente que o mandonismo no Sertão da Ressaca está associado em grande medida ao poder econômico e político dos coronéis. Em uma sociedade eminentemente patriarcal a perpetuação desse poder estava também no controle das linhagens de famílias que mantivessem ligações diretas com esse tronco de poder regional. Desse modo, se organiza uma atraente e curiosa relação hierárquica da sociedade sertaneja entre os poderes político econômico e a tradição familiar através de uma heráldica sertaneja.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional (AN) foi marcada pela renovação das concepções acerca do documento histórico, sendo fundamental para a base da arquivística moderna brasileira. Rodrigues se opôs à lógica que distinguia arbitrariamente documentos como "históricos", "jurídicos" ou "administrativos", defendendo que o que garante a atenção do Arquivo é a durabilidade ou permanência do seu valor – a sua historicidade.

O registro das Marcas de Fogo no Sertão da Ressaca ilustra perfeitamente essa transição de valor. Inicialmente, o documento de registro possuía um valor probatório, servindo de prova legal da propriedade do gado e para fins tributários. No entanto, sua permanência e o uso simbólico das marcas por famílias tradicionais nas fachadas de suas residências indicam a aquisição de um valor informativo cultural, associado à memória e à identidade social. Rodrigues enfatiza que os arquivos públicos não se destinam apenas a “descarregar as administrações” de seus papéis, mas também a “servir duradouramente ao Governo, a Administração e ao povo nas suas buscas de provas e documentos de interesse legal e administrativo, e subsidiariamente aos historiadores nas suas investigações históricas”.

A série documental dos livros de Marcas de Fogo, com a sua repetição sequencial de registros iconográficos, é um exemplo da “revolução documental” da década de 1960. O caráter serial do registro das marcas de gado é o que permite ao pesquisador não se comprometer com a “busca ingênua da reconstrução dos costumes sertanejos”, mas sim realizar uma análise cuidadosa dos elementos que compõem o microcosmo sertanejo através da documentação.

Essa documentação iconográfica, quando devidamente tratada com técnica e método arquivístico (recolhimento, seleção, classificação, descrição), transforma-se em um patrimônio documental acessível, fundamental para a pesquisa da dinâmica do poder e da cultura regional, conforme a visão de Rodrigues sobre a profissionalização essencial no Arquivo Nacional.

Os registros de Marcas de Fogo do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista são mais do que meros papéis administrativos. Eles são um Patrimônio Documental que conecta a Informação (sob a forma iconográfica e seriada) à Cultura e ao Patrimônio Sertanejo da região. A leitura arquivística desses documentos, alinhada à concepção de documento permanente de José Honório Rodrigues, permite que o valor probatório original se some ao valor informativo duradouro. Rodrigues deixou claro que todo documento de valor permanente deve ser guardado e controlado, independentemente de ser classificado como jurídico, administrativo ou histórico.

Ginzburg propõe que o historiador e o pesquisador devem buscar o significado oculto ou profundo da sociedade nos “indícios” (vestígios, sinais ou detalhes aparentemente triviais). No contexto do sertão da Conquista, as marcas de fogo são o exemplo perfeito dessa categoria. A gestão documental eficaz no Arquivo Municipal é, portanto, um ato de democratização, pois transforma esse código de poder outrora restrito em informação acessível para a pesquisa e para a sociedade. Ao aplicar o olhar indiciário, os arquivos e a Ciência da Informação cumprem seu papel de preservar e tornar acessível a informação que documenta a diversidade cultural e as relações de poder regionais. A permanência desses registros, defendida por José Honório Rodrigues, é o que garante que esses indícios de um passado social complexo continuem a ser lidos e interpretados.

A preservação e o tratamento técnico (classificação, descrição) desses livros são essenciais para a democratização do acesso ao conhecimento e para a valorização da diversidade cultural, objetivos primordiais da seção Informação, Cultura e Patrimônio. Esses documentos fornecem o material para a contínua análise da formação simbólica da identidade sertaneja, permitindo o avanço da pesquisa e o resgate da memória local.

## REFERÊNCIAS

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagem.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006. (Coleção História e Reflexões, 1).

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais.** 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **A Situação do Arquivo Nacional.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (Volume I: T. do valor e da duração).

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: Crônica de uma cidade.** Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista Histórica de Vitória da Conquista.** Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1982.

#### **FONTES:**

O FIFÓ. Vitória da Conquista, 9 nov. 1977. p. 9. Original conservado no Núcleo de Arquivo Permanente (NAP) do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Arquivo Municipal. **Livro de registro das Marcas de Fogo (1893).** Fundo documental da Intendência da Conquista. Núcleo de Arquivo Permanente (NAP).

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Arquivo Municipal. **Livro de registro das Marcas de Fogo (1915).** Fundo documental da Intendência da Conquista. Núcleo de Arquivo Permanente (NAP).

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Arquivo Municipal. **Livro de registro das Marcas de Fogo (1921-1931).** Fundo documental da Intendência da Conquista. Núcleo de Arquivo Permanente (NAP).

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Arquivo Municipal. **Livro de leis e resoluções do Conselho Municipal (1893-1931).** Núcleo de Arquivo Permanente (NAP).

**Recebido/ Received: 06/12/2025**

**Aceito/ Accepted: 12/12/2025**

**Publicado/ Published: 31/12/2025**